



**Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa
Especialidade: Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 7, baseie-se no texto abaixo.

As redes sociais se apresentam como uma espécie de “praça pública virtual”, na qual indivíduos interagem e empresas anunciam seus produtos. Entretanto, ao contrário do espaço público tradicional (físico), plataformas de redes sociais moldam quem e o que encontraremos durante a conexão. A lógica por trás disso é que tenhamos um espaço customizado, no qual nos deparemos com aqueles que conosco se assemelham e com produtos que almejamos. Conectar-se de forma sadia às redes sociais demanda alguns cuidados. O primeiro deles, é saber como a maior parte das redes sociais funciona. Não ignorar que cada um de nós é o verdadeiro produto pode nos garantir experiência saudável nesse ambiente. Desconsiderar esse ponto é o atalho para vivenciar aquilo que se pode definir como conectividade tóxica.

Um segundo aspecto, decorrente do anterior, diz respeito às pessoas, às notícias e aos produtos com os quais nos deparemos. Nosso histórico de acessos na internet permite que as plataformas direcionem conteúdo sob medida a cada um de nós. Isso inclui sugestões de amizade, apresentação de notícias e, claro, publicidade. A depender das configurações de nossos aparelhos eletrônicos, falas simples, mesmo enquanto não usamos tais dispositivos, podem ser captadas por mecanismos de inteligência artificial e transformadas em material que chega às nossas telas sem que nada busquemos. Um terceiro aspecto consiste em não nos deixarmos levar pelo aparente conforto que as redes propiciam. Com o uso frequente, permitimos que as plataformas criem nossa “própria bolha”.

Levados pelo desejo, curvamo-nos à facilidade do consumo e tornamo-nos presas fáceis de golpes que prometem vantagens fantásticas e inverídicas. Diante de falsas notícias, que tendem a nos agradar ou atemorizar, abrimos mão da necessária reflexão, e preferimos compartilhá-las sem nem mesmo conferir se provêm de fonte confiável. Em ambos os casos, somos fantoches manipulados por interesses alheios.

(Adaptado de: AMARAL, Luiz Fernando. Conexão Sadia. Disponível em: [lstoie.com.br/conexao – sadia](http://lstoie.com.br/conexao-sadia))

1. Alterada a ordem do adjetivo na expressão, observa-se, de modo mais significativo, a mudança de sentido em:
 - (A) necessária reflexão.
 - (B) interesses alheios.
 - (C) vantagens fantásticas.
 - (D) verdadeiro produto.
 - (E) falsas notícias.

2. Quanto ao uso dos sinais de pontuação, apresenta um equívoco gramatical a frase que se encontra em:
 - (A) *Levados pelo desejo, curvamo-nos à facilidade do consumo e tornamo-nos presas fáceis de golpes que prometem vantagens fantásticas e inverídicas.*
 - (B) *Em ambos os casos, somos fantoches manipulados por interesses alheios.*
 - (C) *Isso inclui sugestões de amizade, apresentação de notícias e, claro, publicidade.*
 - (D) *Um segundo aspecto, decorrente do anterior, diz respeito às pessoas, às notícias e aos produtos com os quais nos deparemos.*
 - (E) *O primeiro deles, é saber como a maior parte das redes sociais funciona.*

3. De acordo com o texto, as redes sociais
 - (A) delineam o perfil dos usuários, delimitando as relações de interesses.
 - (B) garantem o acesso a artigos personalizados, com autonomia para as conexões.
 - (C) expõem produtos de acordo com o mercado, conectando públicos variados.
 - (D) exercem o papel de uma empresa, proporcionando liberdade aos clientes.
 - (E) ocupam um espaço social comunitário, promovendo vivências efetivas.

4. Considerando o texto, uma conexão sadia
 - (A) cria mecanismos de busca mais precisos sem revelar o histórico de acesso.
 - (B) promove o contato entre pessoas do mesmo grupo social e com os mesmos interesses.
 - (C) modera o grau de exposição e vulnerabilidade dos usuários nas redes sociais.
 - (D) restringe o alcance das interações virtuais e o limite de compras na internet.
 - (E) seleciona com segurança os produtos necessários para o bem-estar.



5. *Nosso histórico de acessos na internet permite que as plataformas direcionem conteúdo sob medida a cada um de nós. Isso inclui sugestões de amizade, apresentação de notícias e, claro, publicidade.*

Substituindo no trecho acima a forma verbal “permite” por “permitia”, e fazendo as adaptações necessárias, estão adequadamente correlacionadas as seguintes formas:

- (A) direcionam e inclua.
- (B) direcionaram e incluiu.
- (C) direcionassem e incluía.
- (D) direcionariam e incluiria.
- (E) direcionem e inclui.

6. O termo “se” está corretamente classificado em:

- (A) *Conectar-se de forma sadia às redes sociais demanda alguns cuidados* (partícula apassivadora).
- (B) *preferimos compartilhá-las sem nem mesmo conferir se provêm de fonte confiável* (conjunção integrante).
- (C) *aquilo que se pode definir como conectividade tóxica* (pronomes reflexivos).
- (D) *As redes sociais se apresentam como uma espécie de “praça pública virtual”* (índice de indeterminação do sujeito).
- (E) *aqueles que conosco se assemelham e com produtos que almejamos* (partícula de realce).

7. Sintaticamente, o período *Não ignorar que cada um de nós é o verdadeiro produto pode nos garantir experiência saudável nesse ambiente* caracteriza-se pela presença de uma oração principal e

- (A) duas subordinadas, uma com função de sujeito e outra como complemento verbal.
- (B) duas subordinadas, ambas com função de sujeito.
- (C) uma subordinada com função de complemento verbal.
- (D) uma subordinada com função de sujeito.
- (E) duas subordinadas, uma com função de adjunto adnominal e outra como sujeito.

Atenção: Para responder às questões de números 8 a 14, baseie-se no texto abaixo.

Depois que vê a garota ele corre se olhar no espelho: não pode negar, meio feio? quase feio? Numa palavra, feio. Dia seguinte desiste do bigode ralo. Quem sabe costeleta ou cavanhaque? A menina o enfeitiça. Possuído, sim. Febrícula, sonho delirante, falta de ar, sede mas não de água. Ela surge enrolada no garfo do succulento espaguete à bolonhesa. De sainha xadrez na primeira tarde, ó deliciosa bolacha Maria com geleia de uva. Formigas de fogo mordem sob a camisa quando ela vem na rua, brincando com o arco-íris na ponta dos dedos.

Consegue afinal apertar-lhe a mãozinha na luva de crochê, ri (descuidoso de ser feio) dentro de seus olhos glaucos. Discutem o narizinho, quem sabe arrebitado, segundo ela. E para ele, nada mais bonito que tal narizinho. Meio do sono acorda, olho arregalado no escuro. A sua imagem o percorre, impetuoso vento por uma casa de portas abertas. Ninguém por perto, fala sozinho. A mãe o acha mais magro. Quem dera ser o terceiro motociclista do Globo da Morte.

Em guarda no portão, as mãos suadas, fumando. Ela aparece: um caramanchão florido de glicínia azul. Olhinho esquivo que fixa e foge. O sorriso (uma virgem fatal?) na pequena boca fresca. Um dentinho ectópico no lado esquerdo, onde a palavra tiau esbarra quando sai. Ah, se ela deixar, passa o resto da vida adorando esse dentinho. Espera outras vezes, fumando aflito, um cigarro aceso no outro. Ele mesmo um cigarro em chamas. A mocinha não quer lhe dar a mão. Como pode, uma santinha disfarçada na terra? Depois, deu.

Brava, ainda mais linda. Toda rosa, o lenço no pescoço, gatinha na janela depois do banho. A curva altaneira da testa, os cachos loiros arrepiados ao vento. Ai, não, uma pérola na orelha. A pérola da orelha. Uma divina orelhinha esquerda, sabe o que é? A voz meio rouca: Adivinhe o que eu tenho na mão? “Bem, pode ser tanta coisa.” Bala de mel, seu bobo. Pra você que não merece. Já esquecido de timidez e feiura: “Sabe o que eu mais quero? É embalar você no colo.” Pronto, ofendida, lhe negaceou o rosto. De mal, até amanhã. Amanhã nosso herói vai cultivar uma barbicha.

(TREVISAN, Dalton. Namorada. Adaptado de: <https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Namorada>)

8. Depreende-se do texto que a garota

- (A) faz parte do imaginário da vida do menino, compondo apenas elementos de um sonho.
- (B) é uma boneca de crochê, personificada pelo menino como objeto de desejo e contentamento.
- (C) demonstra interesse pelo menino, envolvendo-se por meio de uma espécie de jogo amoroso.
- (D) desconhece os planos do menino, sentindo-se ofendida por suas investidas.
- (E) controla seus desejos pelo menino, sem trocar olhares e contatos físicos.



9. Já esquecido de timidez e feiura: “Sabe o que eu mais quero? É embalar você no colo.”

O período acima poderia ser reescrito em discurso indireto da seguinte forma:

Já esquecido de timidez e feiura, ele perguntou para ela

- (A) para que soubesse o que ele mais quis. E respondeu que poderia ser embalar você no colo.
- (B) se soubesse o que ele mais queria. E respondeu que é embalá-la no colo.
- (C) para que soubesse o que ele mais queria. E respondeu que era embalá-la no colo.
- (D) se soube o que ele mais quis. E respondeu que seria embalar você no colo.
- (E) se sabia o que ele mais queria. E respondeu que era embalá-la no colo.

10. Apresenta predicado semelhante ao observado em destaque no trecho *Espera outras vezes, **fumando aflito**, um cigarro aceso no outro:*

- (A) O dedicado professor ensinou o amigo a estudar gramática.
- (B) A atriz estava decepcionada com o diretor.
- (C) No último ano, o escritor dedicou o romance à sua amada esposa.
- (D) O contador preparou o documento ansioso.
- (E) Certos alunos escrevem cartas a seus melhores professores.

11. A expressão em destaque mantém no texto o seu sentido denotativo em:

- (A) *Ele mesmo um cigarro em chamas.*
- (B) *Toda rosa, o lenço no pescoço, gatinha na janela depois do banho.*
- (C) *Formigas de fogo mordem sob a camisa.*
- (D) *não pode negar, meio feio?*
- (E) *brincando com o arco-íris na ponta dos dedos.*

12. Leia as seguintes afirmações:

- I. Em *Consegue afinal apertar-lhe a mãozinha na luva de crochê*, o termo “*lhe*” exerce a função sintática de adjunto adnominal.
- II. Em *Pronto, ofendida, lhe negaceou o rosto*, o “*lhe*” atua como objeto direto.
- III. Em *A mocinha não quer lhe dar a mão*, o termo “*lhe*” exerce a função de objeto indireto.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) II.
- (E) I e III.

13. A palavra que possui o mesmo processo de formação de “descuidoso” é:

- (A) antemão.
- (B) descobrimento.
- (C) amistoso.
- (D) impaciente.
- (E) aguardente.

14. Considerando o contexto, o termo “ectópico” (3º parágrafo) poderia ser substituído por

- (A) tacanho.
- (B) débil.
- (C) saliente.
- (D) côncavo.
- (E) vazio.

**Matemática e Raciocínio-Lógico**

15. O técnico deverá escolher 11 dentre 14 jogadoras para iniciar uma partida de futebol feminino. No vestiário há apenas meninas com 18, 19, 20, 21 e 22 anos. O número de meninas com 18 e com 20 anos é o mesmo e o número daquelas que têm 19 anos é 3 vezes o número das com 18 anos. Existem 3 meninas de 21 anos e só uma delas irá jogar. Uma das que tem 18 anos está machucada e não vai jogar e a única jogadora que tem 22 anos também é a única goleira. A soma das idades das 11 jogadoras que entrarão em campo é
- (A) 216.
(B) 219.
(C) 215.
(D) 218.
(E) 217.
-
16. Uma estante contém 30 livros, que têm capa comum ou capa dura. Destes, 8 são livros de capa comum e são escritos em português. Apenas 20% dos livros são de capa dura e 1/3 destes são escritos em inglês. O número de livros escritos em português é, no máximo,
- (A) 4.
(B) 12.
(C) 10.
(D) 6.
(E) 8.
-
17. O valor da soma $\frac{1}{2022^{-2}+1} + \frac{1}{2022^{-1}+1} + \frac{1}{2022^0+1} + \frac{1}{2022^1+1} + \frac{1}{2022^2+1}$ é:
- (A) $\frac{7}{2}$.
(B) $\frac{9}{2}$.
(C) $\frac{3}{2}$.
(D) $\frac{5}{2}$.
(E) $\frac{1}{2}$.
-
18. Em uma escola de basquete há 40 rapazes e 32 moças. Para um treino a professora quer formar grupos com todos os rapazes e moças. Os grupos deverão ter a mesma composição em relação ao número de moças e de rapazes. O maior número de grupos com essas condições é:
- (A) 8.
(B) 16.
(C) 6.
(D) 4.
(E) 2.
-
19. Em 2018, um museu registrou um público de 10,2 milhões de visitantes. Relativamente ao ano de 2017, registrou-se um aumento de 25% no número de visitantes. O número de pessoas que visitaram esse museu no ano de 2017 foi
- (A) 7.966.000.
(B) 8.160.000.
(C) 7.860.000.
(D) 7.960.000.
(E) 8.166.000.
-
20. A negação da afirmação: "não ficou doente e vai ficar em casa" é:
- (A) Ficou doente ou vai ficar em casa.
(B) Não ficou doente ou não vai ficar em casa.
(C) Ficou doente e não vai ficar em casa.
(D) Não ficou doente ou vai ficar em casa.
(E) Ficou doente ou não vai ficar em casa.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

Atenção: Para responder às questões de números 21 a 25, considere a Constituição Federal de 1988.

21. Beatriz e Mauro são juízes de primeira instância e integram a primeira quinta parte da lista de antiguidade das suas respectivas entrâncias. Beatriz exerce seu cargo há seis anos na respectiva entrância e esta é a terceira vez consecutiva que figura em lista de merecimento, enquanto Mauro exerce seu cargo há doze anos na respectiva entrância e esta é a quinta vez alternada que figura em lista de merecimento. Sabendo-se que os demais requisitos estão preenchidos por ambos, levando-se em consideração apenas os dados fornecidos, na situação hipotética apresentada,
- (A) nem Beatriz nem Mauro podem ser promovidos por merecimento, pois não integram a primeira terça parte da lista de antiguidade das suas respectivas entrâncias.
 - (B) nem Beatriz nem Mauro podem ser promovidos por merecimento, pois Beatriz não exerce seu cargo há mais de dez anos na respectiva entrância e Mauro não figurou por três vezes consecutivas em lista de merecimento.
 - (C) tanto Beatriz quanto Mauro devem ser promovidos por merecimento, pois para eles essa promoção é obrigatória.
 - (D) apenas Beatriz deve ser promovida por merecimento, pois figurou por três vezes consecutivas em lista de merecimento.
 - (E) apenas Mauro deve ser promovido por merecimento, pois exerce seu cargo há mais de dez anos na respectiva entrância.
-
22. A ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo estadual; o litígio entre Estado estrangeiro e a União; e os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União devem ser, respectivamente, processados e julgados, originariamente, pelo
- (A) Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.
-
23. Henrique é membro do Ministério Público Federal, exercendo o cargo de Subprocurador-Geral da República, e gostaria de ser nomeado Procurador-Geral da República pelo Presidente da República. Para que seja possível essa nomeação, Henrique deve ser maior de
- (A) trinta e cinco anos e ser aprovado pela maioria simples dos membros da Câmara dos Deputados, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.
 - (B) trinta e cinco anos e ser aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, para mandato de quatro anos, proibida a recondução.
 - (C) trinta anos e ser aprovado pela maioria simples dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
 - (D) trinta e cinco anos e ser aprovado pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
 - (E) trinta anos e ser aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, para mandato de quatro anos, proibida a recondução.
-
24. A competência dos juízes federais para processar e julgar causas relativas à grave violação de direitos humanos ocorrerá quando assim decidir o
- (A) Superior Tribunal de Justiça ao julgar incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal suscitado pelo Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.
 - (B) Supremo Tribunal Federal ao julgar incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal suscitado pelo Presidente do Tribunal Regional Federal, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte e que sejam, aqui, equivalentes às emendas Constitucionais.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça ao julgar incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal suscitado pelo Presidente do Tribunal Regional Federal, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.
 - (D) Supremo Tribunal Federal ao julgar incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal suscitado por juiz federal, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.
 - (E) Superior Tribunal de Justiça ao julgar incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal suscitado por juiz federal, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte e que sejam, aqui, equivalentes às emendas Constitucionais.



25. Considere:

- I. Elaborar anualmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.
- II. Representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a Administração Pública ou de abuso de autoridade.
- III. Rever, apenas mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
- IV. Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.

No que concerne à competência do Conselho Nacional de Justiça, está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Noções de Direito Administrativo

26. A propósito do regime dos contratos administrativos, tal como estabelecido na Lei nº 8.666/1993,

- (A) somente a Administração Pública possui a prerrogativa de promover sua rescisão unilateral, cabendo ao particular promover ação judicial caso queira desvincular-se das obrigações contratuais de forma não consensual.
- (B) constata-se neles a existência de “cláusulas exorbitantes”, que estabelecem garantias especiais de proteção em favor do particular na relação contratual.
- (C) são considerados contratos administrativos todos os ajustes consensuais de natureza sinalagmática em que participe um ente da Administração Pública.
- (D) são considerados contratos administrativos apenas os ajustes em que há entes da Administração Pública em ambos os polos da relação jurídico-contratual.
- (E) há perfeito equilíbrio entre direitos e obrigações de ambas as partes do contrato, que são consideradas juridicamente equivalentes.

27. A propósito das hipóteses de afastamentos e licenças dos servidores públicos, a Lei nº 8.112/1990 prevê que o servidor

- (A) poderá, após cada triênio de efetivo exercício, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.
- (B) poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de graduação em instituição de ensino superior no País.
- (C) fará jus a licença com remuneração para acompanhar cônjuge ou companheiro deslocado para outra localidade, exceto quando o deslocamento for para o exterior.
- (D) investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, não precisará se afastar de seu cargo, podendo acumular as remunerações respectivas.
- (E) terá direito a licença, com remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral.

28. O Poder Executivo Federal editou um decreto, contendo as seguintes prescrições:

- I. Fica criado o Ministério da Juventude, dedicado a elaborar e implementar políticas públicas destinadas à população jovem do país.
- II. Ficam extintos os cargos vagos existentes na autarquia X, na data de entrada em vigor deste decreto.
- III. Deve ser priorizado, pelos órgãos competentes, o trâmite necessário ao desembaraço alfandegário de medicamentos importados destinados ao combate de doenças declaradas como causa de emergência sanitária pelo Ministério da Saúde.

Do ponto de vista dos limites constitucionais de exercício do poder regulamentar, é válido o que se prescreve APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



29. A propósito do trâmite dos processos administrativos, a Lei nº 9.784/1999 dispõe que
- (A) os processos sempre devem ser iniciados por impulso oficial, por força do princípio da oficialidade.
 - (B) em caso de risco iminente, a Administração poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
 - (C) havendo desistência ou renúncia do interessado, deve a Administração extinguir o processo.
 - (D) uma vez concluído o processo administrativo, fica impedida a Administração de desfazer o ato dele resultante, por força do princípio da coisa julgada.
 - (E) concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo improrrogável de trinta dias para decidir.
-
30. Uma autoridade pública assinou um ato administrativo no dia 1º de abril, sendo que, no mesmo dia, edição do Diário Oficial publicou sua exoneração, a partir daquela data. Em vista do ocorrido, conclui-se que o ato em questão
- (A) possui vício de motivo, que permite a convalidação do ato.
 - (B) possui vício de finalidade, que impede a convalidação do ato.
 - (C) possui vício de competência, que permite a convalidação do ato.
 - (D) não possui vício, pois a exoneração só produz efeitos no dia seguinte.
 - (E) possui vício de forma, que impede a convalidação do ato.
-

Contabilidade Geral

31. Uma empresa adquiriu por R\$ 10.000.000,00 o direito de utilizar uma determinada marca pelo prazo de 20 anos. A transação foi realizada no dia 31/12/2017 e no final do ano de 2018 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de *impairment*), tendo obtido as seguintes informações:
- Valor em uso da marca: R\$ 8.500.000,00.
 - Valor justo da marca líquido de despesas de vendas: R\$ 8.000.000,00.
- A empresa reconheceu, na Demonstração do Resultado do ano de 2018,
- (A) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.
 - (B) perda por desvalorização no valor de R\$ 1.500.000,00, apenas.
 - (C) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e perda por desvalorização no valor de R\$ 1.500.000,00.
 - (D) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e perda por desvalorização no valor de R\$ 1.000.000,00.
 - (E) despesa de amortização no valor de R\$ 447.368,42, apenas.
-
32. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa Refrigerantes Saudáveis S.A. era, em 31/12/2019, R\$ 40.000.000,00. A empresa Todas as Bebidas S.A. adquiriu, nessa data, 80% do total das ações da Refrigerantes Saudáveis S.A. e passou a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Refrigerantes Saudáveis S.A. era, em 31/12/2019, R\$ 45.000.000,00, e o preço pago pela Todas as Bebidas S.A. pela aquisição foi R\$ 42.000.000,00.
- A composição da conta Investimentos no balanço individual da empresa Todas as Bebidas S.A., referente exclusivamente à aquisição da participação citada, era, na data da aquisição:
- (A) Valor da Equivalência Patrimonial = R\$ 36.000.000,00 e Ágio na aquisição = R\$ 6.000.000,00.
 - (B) Valor da Equivalência Patrimonial = R\$ 32.000.000,00; Mais valia = R\$ 4.000.000,00 e Ágio na aquisição = R\$ 6.000.000,00.
 - (C) Valor total = R\$ 32.000.000,00.
 - (D) Valor da Equivalência Patrimonial = R\$ 32.000.000,00; Mais valia = R\$ 5.000.000,00 e Ágio na aquisição = R\$ 5.000.000,00.
 - (E) Valor da Equivalência Patrimonial = R\$ 32.000.000,00 e Ágio na aquisição = R\$ 10.000.000,00.
-
33. Uma empresa realizou vendas de mercadorias no valor total de R\$ 6.993.000,00, sendo que R\$ 3.000.000,00 foram recebidos à vista e o restante para ser recebido integralmente após 2 anos. As vendas ocorreram no dia 01/12/2018 e, nesta data, a taxa de juros compostos utilizada pela empresa para as suas vendas a prazo foi 0,797% ao mês (equivalente a 10% ao ano e a 21% em 2 anos).
- Exclusivamente em relação às vendas efetuadas em 01/12/2018, a empresa reconheceu, na Demonstração do Resultado do ano de 2018, Receita de Vendas no valor de
- (A) R\$ 6.300.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 50.211,00.
 - (B) R\$ 6.993.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 55.734,21.
 - (C) R\$ 6.993.000,00, apenas.
 - (D) R\$ 6.300.000,00, apenas.
 - (E) R\$ 6.300.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 26.301,00.
-



34. A empresa comercial Vendo Quase Tudo S.A. apresentou a seguinte Demonstração do Resultado para o ano de 2017, com os valores expressos em reais:

Receita Bruta de Vendas	7.000.000,00
(-) Impostos sobre vendas	<u>(1.200.000,00)</u>
(=) Receita Líquida de Vendas	5.800.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(3.400.000,00)</u>
(=) Lucro Bruto	2.400.000,00
(-) Despesas operacionais	
Despesa de depreciação	(300.000,00)
Despesa com salários	<u>(200.000,00)</u>
(=) Lucro antes do IR e CSLL	1.900.000,00
(-) Despesa com IR e CSLL	<u>(420.000,00)</u>
(=) Lucro Líquido	<u>1.480.000,00</u>

O preço total pago pela empresa, quando adquiriu as mercadorias para revenda, foi R\$ 3.750.000,00, sendo que R\$ 350.000,00 correspondiam a tributos recuperáveis já incluídos no valor total pago. Sabendo-se que a empresa não tinha estoque no início do período e que todas as mercadorias adquiridas em 2017 foram vendidas nesse ano, o Valor Adicionado Total a Distribuir gerado pela *Vendo Quase Tudo S.A.* no ano de 2017 foi, em reais,

- (A) 3.300.000,00.
 (B) 2.950.000,00.
 (C) 7.000.000,00.
 (D) 2.400.000,00.
 (E) 3.250.000,00.

35. Um empréstimo no valor de R\$ 15.000.000,00 foi obtido por uma empresa no dia 01/12/2019. As condições estabelecidas no contrato foram as seguintes:

- A taxa de juros compostos contratada foi 1,5% ao mês.
- O principal será pago integralmente em uma única parcela que vencerá em 01/12/2022.
- Os juros, no valor de R\$ 685.175,63, seriam pagos trimestralmente, com a primeira parcela vencendo em 01/03/2020.

A empresa pagou, adicionalmente, na data da obtenção do empréstimo, despesas relacionadas com o contrato (custos de transação) no valor de R\$ 500.000,00 e a taxa de custo efetivo da operação foi 1,577% ao mês.

O valor do saldo líquido apresentado no balanço patrimonial de 31/12/2019 para o passivo relativo ao empréstimo obtido foi, em reais:

- (A) 15.744.435,00.
 (B) 14.717.500,00.
 (C) 14.728.665,00.
 (D) 15.236.550,00.
 (E) 15.225.000,00.

36. A partir do Balanço Patrimonial de uma empresa, publicado em 31/12/2019, foram obtidas as seguintes informações:

- Total do Ativo = R\$ 10.000.000,00.
- Patrimônio Líquido = R\$ 3.000.000,00.
- Índice de Liquidez Corrente = 1,2.
- Grau de concentração do passivo no curto prazo = 30%.

O valor total do Ativo Não Circulante da empresa, em 31/12/2019, era, em reais,

- (A) 8.250.000,00.
 (B) 2.520.000,00.
 (C) 7.000.000,00.
 (D) 7.480.000,00.
 (E) 4.120.000,00.

37. Um equipamento industrial foi adquirido, à vista, pelo custo total de R\$ 1.200.000,00, a aquisição ocorreu em 31/12/2017 e o ativo foi colocado em uso nessa data. A empresa tem como política utilizar esse tipo de equipamento até atingir a produção total de 500.000 unidades, estima vendê-lo, no final do período de utilização, pelo valor R\$ 150.000,00 e calcula a despesa de depreciação em função das unidades produzidas. O equipamento foi utilizado até 30/06/2019 e tinham sido produzidas 250.000 unidades até esta data, quando a empresa optou por vendê-lo por R\$ 750.000,00, à vista. Sabendo-se que a vida útil, para fins fiscais, é 10 anos, o valor evidenciado na Demonstração do Resultado de 2019, correspondente somente à venda do equipamento foi

- (A) lucro na venda no valor de R\$ 75.000,00.
 (B) lucro na venda no valor de R\$ 225.000,00.
 (C) prejuízo na venda no valor de R\$ 270.000,00.
 (D) lucro na venda no valor de R\$ 150.000,00.
 (E) prejuízo na venda no valor de R\$ 292.500,00.



38. No dia 01/12/2019, uma empresa aplicou o valor total de R\$ 360.000,00 em diversos ativos financeiros. As características de cada instrumento financeiro adquirido e a classificação feita pela empresa quanto ao método de mensuração, são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (em reais)	Data de vencimento dos títulos	Classificação pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2019 (em reais)
60.000,00	31/12/2022	Mensurados ao custo amortizado	2% a.m.	63.000,00
140.000,00	31/12/2023	Mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1,6% a.m.	141.400,00
160.000,00	31/12/2023	Mensurados ao valor justo por meio do Resultado	1,3% a.m.	164.800,00

Os valores evidenciados no Balanço Patrimonial de 31/12/2019, para os instrumentos mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado, foram, respectivamente, em reais:

- (A) 63.000,00; 142.240,00 e 162.080,00.
- (B) 63.000,00; 141.400,00 e 164.800,00.
- (C) 61.200,00; 142.240,00 e 162.080,00.
- (D) 60.000,00; 140.000,00 e 160.000,00.
- (E) 61.200,00; 141.400,00 e 164.800,00.

Contabilidade Pública

Atenção: Para responder às questões de números 39 a 41, considere as transações de uma entidade pública estadual, ocorridas no mês de março de 2022 e descritas nos itens a seguir.

- I. Recebimento de Transferências Correntes intragovernamentais no valor de R\$ 3.850.000,00. O fato gerador desta receita ocorreu no mês de março de 2022.
 - II. Lançamento do valor principal de receitas de Contribuições no valor de R\$ 260.000,00. O valor lançado foi arrecadado no mês de abril de 2022.
 - III. Recebimento de depósito caução no valor de R\$ 140.000,00. O valor recebido foi integralmente devolvido no mês de maio de 2022.
 - IV. Arrecadação do valor principal de receitas de Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado no valor de R\$ 23.000,00. O fato gerador desta receita ocorreu no mês de fevereiro de 2022.
 - V. Empenho, liquidação e pagamento de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 920.000,00.
 - VI. Empenho de despesa corrente com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 7.400,00. O serviço contratado é referente à manutenção de bens móveis da entidade e foi integralmente prestado, liquidado e pago no mês de abril de 2022.
 - VII. Liquidação e pagamento de despesa corrente com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física no valor de R\$ 11.000,00. A nota de empenho de tal despesa foi emitida no mês de fevereiro de 2022 e o serviço contratado é referente à limpeza da fachada da entidade, integralmente prestado no mês de março de 2022.
 - VIII. Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2021 no valor de R\$ 2.000,00. Tais restos a pagar se referem a despesas correntes com aquisição de material de limpeza que foram integralmente recebidos e utilizados pela entidade no mês de dezembro de 2021.
 - IX. Reconhecimento, pelo valor de R\$ 59.500,00, de provisões trabalhistas.
 - X. Reconhecimento, pelo valor de R\$ 33.000,00, de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.
 - XI. Reconhecimento, pelo valor de R\$ 16.000,00, de amortização mensal do ativo intangível.
39. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o resultado de execução orçamentária da entidade pública estadual foi impactado pelas transações ocorridas no mês de março de 2022, positivamente, pelo valor, em reais, de
- (A) 2.942.000,00.
 - (B) 2.945.600,00.
 - (C) 3.080.000,00.
 - (D) 2.940.000,00.
 - (E) 3.085.600,00.



40. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado financeiro da entidade pública estadual, que é apurado por meio do Balanço Financeiro, foi impactado pelas transações ocorridas no mês de março de 2022, positivamente, pelo valor, em reais, de
- (A) 3.080.000,00.
 - (B) 2.942.000,00.
 - (C) 3.317.000,00.
 - (D) 3.177.000,00.
 - (E) 3.085.600,00.
-
41. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado patrimonial da entidade pública estadual foi impactado pelas transações ocorridas no mês de março de 2022, positivamente, pelo valor, em reais, de
- (A) 3.080.000,00.
 - (B) 3.070.500,00.
 - (C) 4.141.500,00.
 - (D) 4.001.500,00.
 - (E) 3.210.500,00.
-
42. Em 05/01/2021, uma entidade pública adquiriu máquinas de um fornecedor nacional para uso em suas atividades pelo valor total de R\$ 196.240,00, para pagamento em onze parcelas mensais iguais de R\$ 17.840,00, o que excede os prazos normais de crédito. Se as máquinas tivessem sido adquiridas à vista custariam R\$ 180.000,00. No reconhecimento inicial do ativo, o registro contábil, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, foi efetuado por meio dos seguintes lançamentos contábeis (valores monetários expressos em reais):
- (A) Débito: 1.2.x.x.x.xx Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas 196.240,00
Crédito: 2.1.x.x.x.xx Encargos Financeiros a Apropriar – Interno 16.240,00
Crédito: 2.1.x.x.x.xx Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo 180.000,00
 - (B) Débito: 1.2.x.x.x.xx Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas 196.240,00
Crédito: 2.1.x.x.x.xx Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo 196.240,00
 - (C) Débito: 1.2.x.x.x.xx Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas 180.000,00
Débito: 1.2.x.x.x.xx Encargos Financeiros a Apropriar – Interno..... 16.240,00
Crédito: 2.1.x.x.x.xx Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo 196.240,00
 - (D) Débito: 1.2.x.x.x.xx Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas 180.000,00
Débito: 2.1.x.x.x.xx (-) Encargos Financeiros a Apropriar – Interno 16.240,00
Crédito: 2.1.x.x.x.xx Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo 196.240,00
 - (E) Débito: 1.2.x.x.x.xx Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas 180.000,00
Débito: 3.4.x.x.x.xx Juros e Encargos da Dívida Contratual..... 16.240,00
Crédito: 2.1.x.x.x.xx Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo 196.240,00
-
43. O Quadro das Contas de Compensação referente a 31/12/2021 de uma entidade pública pode evidenciar, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o valor de
- (A) restos a pagar processados, decorrentes de obrigações contratuais, inscritos em 31/12/2020 e pagos no ano de 2021.
 - (B) despesas correntes empenhadas, liquidadas e pagas no mês de outubro de 2021.
 - (C) ativos financeiros decorrentes de direitos contratuais executados em 15/12/2021.
 - (D) variações patrimoniais aumentativas reconhecidas em 17/09/2021.
 - (E) obrigações contratuais decorrentes de contratos assinados em 10/12/2021, cuja previsão de execução é 21/10/2022.
-
44. Uma variação patrimonial qualitativa ocorre com o
- (A) lançamento do valor principal de receitas de impostos.
 - (B) consumo de material de limpeza que estava em estoque.
 - (C) reconhecimento da depreciação mensal de bens móveis.
 - (D) recebimento de um depósito em caução.
 - (E) empenho de despesa corrente com pessoal e encargos sociais.



45. O reconhecimento de uma provisão trabalhista, deve ser efetuado utilizando-se contas contábeis da natureza da informação patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público pertencentes às classes
- (A) 7 e 8 e o ato potencial reconhecido é ativo.
 - (B) 7 e 8 e o ato potencial reconhecido é passivo.
 - (C) 2 e 3 e o passivo reconhecido é permanente.
 - (D) 2 e 3 e o passivo reconhecido é financeiro.
 - (E) 2 e 4 e o passivo reconhecido é financeiro.
-
46. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma entidade pública evidencia os valores decorrentes
- (A) da amortização do valor principal da dívida nos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento.
 - (B) de despesas correntes com empregados nos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento.
 - (C) da alienação de veículos nos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento.
 - (D) de aluguéis recebidos nos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento.
 - (E) de transferências correntes concedidas nos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento.

Noções de Auditoria Governamental

47. Considere os seguintes itens:
- I. Legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
 - II. Fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.
 - III. Cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.
- Consoante disposto na Lei nº 4.320/1964, esses itens correspondem
- (A) à gestão organizacional das finanças públicas.
 - (B) ao gerenciamento do orçamento programa.
 - (C) ao controle da execução orçamentária.
 - (D) aos limites do ciclo orçamentário.
 - (E) à estrutura da programação orçamentária.
-
48. Considere os seguintes itens:
- I. Serviços sociais autônomos.
 - II. Empresas encampadas, sob intervenção federal, ou que, de qualquer modo, venham a integrar, provisoriamente, o patrimônio da União ou de entidade pública federal.
 - III. Consórcios públicos em que a União figure como consorciada.
 - IV. Entidades de fiscalização do exercício profissional.
- A Instrução Normativa nº 63/2010 do TCU estabelece que estão sujeitos à apresentação de relatório de gestão e à constituição de processo de contas os responsáveis pelas unidades constantes nos itens
- (A) II e III, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) I, III e IV, apenas.
 - (D) I e IV, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.

-
49. Conforme definido na Lei Complementar nº 101/2000, são instrumentos de transparência da gestão fiscal:
- (A) relatórios do controle interno e de fraudes e erros contábeis.
 - (B) pareceres do Tribunal de Contas, demonstrações financeiras e relatório do auditor independente.
 - (C) orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias e prestação de contas e o respectivo parecer prévio.
 - (D) relatório resumido da execução orçamentária, papéis de trabalho e relatório final de auditoria.
 - (E) relatório de gestão fiscal e relatórios de testes substantivos e de observância.



50. A NBC TA 200, que trata dos objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria, dita que o auditor NÃO pode obter segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido
- (A) a limitações inerentes à auditoria.
 - (B) ao limite de governança.
 - (C) ao ceticismo profissional.
 - (D) ao julgamento profissional.
 - (E) ao risco de distorção relevante.

Contabilidade Tributária

51. Consoante ao que dispõe o Código Tributário Nacional,
- (A) a atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir e é irrevogável.
 - (B) o não exercício da competência tributária a defere à pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
 - (C) tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito ou não, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
 - (D) a natureza jurídica específica do tributo é determinada pela destinação legal do produto da sua arrecadação.
 - (E) há previsão legal de casos em que é possível a delegação da atribuição de arrecadar.

52. Considere os seguintes itens:

- I. Realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até determinado valor previsto em lei.
- II. Exigir dos licitantes, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- III. Estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

A Lei Complementar nº 123/2006 prevê que nas contratações públicas da Administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. Nos termos constantes dessa norma e desde que não haja enquadramento à alguma exceção legal, deverá a Administração pública, para cumprir esse regramento, fazer o contido em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I, apenas.
- (E) II e III, apenas.

53. Com o intuito de promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país, a União editou os seguintes atos:

- I. Isenção de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- II. Tributação da renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações.
- III. Concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

Nos termos previstos pela Constituição Federal de 1988, há vedação expressa para o previsto APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II.

Administração Orçamentária e Financeira

54. A prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas é um dos pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal e é conteúdo obrigatório
- (A) da lei de diretrizes orçamentárias.
 - (B) do plano plurianual.
 - (C) do relatório de gestão fiscal.
 - (D) do relatório resumido da execução orçamentária.
 - (E) da lei orçamentária anual.



55. A Constituição Federal de 1988 prevê a apresentação de emendas individuais impositivas ao projeto de Lei Orçamentária Anual por meio de transferências especiais ou com finalidade definida. Os recursos transferidos
- (A) podem ser aplicados no pagamento de encargos referentes ao serviço da dívida.
 - (B) podem ser alocados a Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (C) integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo do ente federado.
 - (D) integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites de endividamento do ente federado.
 - (E) podem ser aplicados no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais relativas a ativos e inativos, e com pensionistas.
-
56. O anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na Lei Orçamentária Anual para a continuidade daqueles em andamento, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, integrará
- (A) a lei de diretrizes orçamentárias.
 - (B) o plano plurianual.
 - (C) o relatório de gestão fiscal.
 - (D) o orçamento de investimento.
 - (E) o orçamento da seguridade social.
-
57. Os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 para a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, com base em percentual da receita corrente líquida, para o Poder Judiciário, o Ministério Público da União e o Tribunal de Contas de União são, respectivamente,
- (A) 6% – 6% – 2,5%, incluído este junto ao Poder Legislativo.
 - (B) 0,6% – 0,6% – 2,5%, incluído este junto ao Poder Legislativo.
 - (C) 6% – 0,6% – 2,5%, incluído este junto ao Poder Executivo.
 - (D) 0,6% – 0,6% – 2,5%, incluído este junto ao Poder Executivo.
 - (E) 6% – 0,6% – 2,5%, incluído este junto ao Poder Legislativo.
-
58. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, as despesas que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril são classificadas como Despesas
- (A) de Capital, Transferências de Capital e Subvenções Econômicas.
 - (B) Correntes, Transferências Correntes e Subvenções Econômicas.
 - (C) de Capital, Transferências de Capital e Inversões Financeiras.
 - (D) Correntes, Transferências Correntes e Subvenções Sociais.
 - (E) de Capital, Transferências de Capital e Subvenções Sociais.
-
59. Considere que tenha constado do orçamento anual do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região autorização para a aquisição de 900 computadores. Todavia, após a realização de um concurso público, foram necessárias mais 100 unidades. Nesse caso, nos termos previstos na Lei nº 4.320/1964, a aquisição dos novos computadores
- (A) poderá ser feita no exercício corrente e, neste caso, a despesa deverá ser autorizada por lei.
 - (B) poderá ser feita no exercício corrente e, neste caso, a despesa deverá ser classificada como crédito adicional extraordinário.
 - (C) deverá ser feita no exercício seguinte, por ter sido prevista no orçamento de forma insuficiente.
 - (D) poderá ser feita no exercício corrente e, neste caso, a despesa deverá ser classificada como crédito adicional especial.
 - (E) poderá ser feita no exercício corrente e, neste caso, a despesa deverá ser aberta por Decreto do Poder Judiciário.
-
60. Consoante o disposto na Lei nº 10.180/2001, o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal é
- (A) a Secretaria Federal de Controle Interno.
 - (B) o Tribunal de Contas da União.
 - (C) a Secretaria do Tesouro Nacional.
 - (D) o Ministério da Fazenda.
 - (E) a Receita Federal.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.1.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.4.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; b) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. [...] 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos**.

Texto I

O tempo e a experiência revelaram que o sistema de preços padece de um radical defeito constitutivo: ele é omisso em relação ao impacto cumulativo das nossas escolhas sobre o meio ambiente como produtores e consumidores. Um exemplo: ao se comparar o custo de um quilowatt-hora gerado por uma usina solar/eólica e por uma termoelétrica a carvão, a escolha naturalmente recai sobre a última, pelo simples fato de que ela é a mais “econômica” das três. A comparação, porém, não é limpa: se o custo do impacto ambiental de cada uma entrasse na conta, a decisão – dependendo do preço imputado ao CO₂ emitido – eventualmente seria outra.

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo, **Trópicos utópicos**)

Texto II

A maioria das propriedades agrícolas, principalmente na Amazônia, têm baixíssima produtividade. Então não se explica que essa expansão seja necessária para gerar mais alimentos. Na época em que houve a redução dos desmatamentos, de 2004 a 2013, a produção de soja e carne na Amazônia dobrou. Vários estudos mostram que um sistema agroflorestal rende até 10 vezes mais que soja e gado na Amazônia.

(Adaptado de: NOBRE, Carlos. Disponível em <https://amp-dw-com.cdn.ampproject.org>)

Considerando as ideias expostas acima, elabore um texto dissertativo-argumentativo, discutindo a seguinte afirmação:

O processo de escolha pessoal reflete uma falha do sistema econômico de definição de valor

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	



09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO